

PORTARIA N.º 2362/2018-MP/PGJ

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, em exercício, usando de suas atribuições legais,
R E S O L V E:

DESIGNAR o Promotor de Justiça WALCY CEZAR DA SILVA RIBEIRO para funcionar como longa manus da Procuradoria-Geral de Justiça nos autos do Processo nº 0004412-41.2018.8.14.0401 (SIMP n.º 008377-003/2018), conforme preleciona o art. 24 do Código de Processo Penal, e nos termos do art. 28 do CPP, oferecer a devida denúncia em desfavor de Carlos Junior Furtado dos Santos, pela prática do crime de receptação, tipificado no art. 180 do Código Penal Brasileiro, em razão das fundamentações apresentadas.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 12 de abril de 2018.

GILBERTO VALENTE MARTINS

Procuradora-Geral de Justiça

PORTARIA N.º 2363/2018-MP/PGJ

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, em exercício, usando de suas atribuições legais,
R E S O L V E:

DESIGNAR o Promotor de Justiça WALCY CEZAR DA SILVA RIBEIRO para funcionar como longa manus da Procuradoria-Geral de Justiça nos autos do Processo nº 0021141-79.2017.8.14.0401 (SIMP n.º 038928-003/2017), conforme preleciona o art. 24 do Código de Processo Penal, e nos termos do art. 28 do CPP, oferecer a devida denúncia em desfavor de Danilo Ferreira da Silva, pela prática do crime de roubo qualificado, tipificado no art. 157, §2º, inciso I e II, do Código Penal Brasileiro, em razão das fundamentações apresentadas.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 12 de abril de 2018.

GILBERTO VALENTE MARTINS

Procuradora-Geral de Justiça

Protocolo: 301392

ERRATA**ERRATA****Nº. DO CONTRATO: 030/2017-MP/PA.**

Nr da Publicação: 33597.

Partes: Ministério Público do Estado do Pará e MICROLESTE TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA - EPP.

Onde se lê: "Elemento de Despesa: 3390-39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica".

Leia-se: "Elemento de Despesa: 3390-40 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica"
Ordenador Responsável: Gilberto Valente Martins.

Protocolo: 301713

TERMO ADITIVO A CONTRATO**EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO****Nº 024/2017-MP/PA****Nº DO TERMO ADITIVO: 1****Nº DO CONTRATO: 024/2017-MP/PA.**

Partes: Ministério Público do Estado do Pará e a EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS (CNPJ nº 34.028.316/0018-51)

Objeto e Justificativa do Aditamento: Prorrogação do prazo de vigência.

Data de Assinatura: 11/04/2018.

Dotação Orçamentária: -Atividade: 12101.03.122.1434.8332 - Operacionalização das Ações Administrativas.

Elemento de despesa: 3390-39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

Fonte de Recurso: 0101 - Recursos Ordinários.

Ordenador Responsável: Gilberto Valente Martins.

Protocolo: 301538

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**NÚM. DA DISPENSA: 011/2018-MP/PA.**

Partes: Ministério Público do Estado do Pará e a Empresa J. NETO DA SILVA EIRELI ME-PROVETEC (CNPJ 15.788.403/0001-14).

Objeto: Prestação de Serviços de acesso à internet para Promotoria de Justiça de Goianésia.

Valor Total: R\$ 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais).

Fundamento Legal: Art. 24, II, da Lei Federal 8.666/93.

Data da Assinatura: 10/04/2018.

Dotação Orçamentária: Atividade: 12101.03.126.1434.8326.

Elemento de despesa: 339040.

Fonte de Recurso: 0101.

Ordenadora Responsável: Dra. Dulcelinda Lobato Pantoja.

Protocolo: 301537

NORMA**ORDEM DE SERVIÇO N.º 02/2018-MP/PGJ**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, usando de suas atribuições e com fundamento no art. 127, § 2º, da Constituição Federal, e no art. 18, V, da Lei Complementar nº 57, de 6 de julho de 2006, e CONSIDERANDO a necessidade de adoção de políticas administrativas que visem à eficiência e segurança jurídica dos procedimentos em trâmite no âmbito desta Instituição Ministerial,

R E S O L V E:

Art. 1º Determinar aos servidores do Ministério Público do Estado do Pará que as folhas de quaisquer procedimentos administrativos recebidos nas diversas unidades da Instituição sejam numeradas e rubricadas a partir do segundo elemento.

Art. 2º A numeração das folhas introduzidas ao procedimento no curso de sua tramitação será de responsabilidade do servidor que proceder à respectiva inserção.

Art. 3º Caberá às chefias imediatas fiscalizar o fiel cumprimento deste Ato.

Art. 4º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, em 5 de abril de 2018.

GILBERTO VALENTE MARTINS

Procurador-Geral de Justiça

Protocolo: 301647

OUTRAS MATÉRIAS**EXTRATO DE PORTARIA DE****INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO**

O Ministério Público do Estado do Pará torna pública a instauração de Procedimento Administrativo, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos e subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração dos fatos investigados.

PORTARIA

Procedimento Administrativo nº 000493-440/2015

Instauração: 26/03/2018

Investigante: 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Habitação e Urbanismo de Ananindeua.

Origem: Procedimento instaurado a partir de reclamação solicitando a execução de drenagem e pavimentação asfáltica da Passagem Santa Terezinha e Loteamento Rosa dos Ventos.

Objeto: Acompanhar e fiscalizar, de forma continuada, políticas públicas voltadas à drenagem e pavimentação asfáltica da Passagem Santa Terezinha e Loteamento Rosa dos Ventos, município de Ananindeua;

Ananindeua-PA, 26 de março de 2018

LIZETE DE LIMA NASCIMENTO

Promotora de Justiça, em exercício na 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Urbanismo de Ananindeua

Protocolo: 301870

EXTRATO DA PORTARIA Nº 015/2018-MP/6ª PJP

A 6ª Promotora de Justiça Cível de Parauapebas, com fundamento no art. 129, da CF/88, art. 26, da Lei nº 8.625/93, art.52, da Lei Complementar Estadual nº 057/06 e no Art. 4º, inc. VI da RESOLUÇÃO nº 23 - CNMP, de 17/09/07, torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 003/2018-MP/6ª PJP, de SIMP nº 006205-030/2017, o qual se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Parauapebas, situada na Rua B, nº 440, Bairro Cidade Nova, CEP 68.515-000 - Parauapebas - Pará - Fone/Fax: (94) 3346-1664.

Portaria Nº 015/2018-MP/6ª PJP

Investigado: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS

Assunto: Apuração acerca da responsabilidade do Município quanto a omissão deste na destinação e tratamento do esgoto no Bairro União.

Cristina Michiko Taketa Morikawa - Promotora de Justiça.

Protocolo: 301665

**TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2018-mp/PA
COMUNICAÇÃO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO, por meio da Comissão Permanente de Licitação, comunica aos interessados a interposição de recurso administrativo apresentado pelas empresas MOREIRA MOUTINHO ENGENHARIA e PJC PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA em face do resultado da fase de habilitação da TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2018-MP/PA, que tem como objeto a Contratação de empresa para execução de Serviços de reforma do prédio anexo ao Edifício Sede para novas instalações da Ouvidoria do Ministério Público do Estado do Pará.

Informamos que o inteiro teor dos Recursos está disponível no site

http://www.mppa.mp.br/, junto ao link da Tomada de Preços.

As Contrarrazões podem ser apresentadas no período de 17 a 23/04/18, conforme o Art.109, §3º da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.

Belém, 13 de abril de 2018.

a) Presidente

Protocolo: 301636

PORTARIA Nº 003/2018-MP/3ªPJB, DE 06/03/2018

Instaura o Inquérito Civil Nº 003/2018-MP/3ªPJB, com objetivo de investigar possíveis irregularidades pertinentes não só aos fatos narrados na Notícia de Fato de Protocolo nº 948/2017-MP/3ªPJB, que traz, em seu conteúdo, abaixo-assinado formulado por moradores da cidade de Breves/PA, denunciando possível prática de poluição sonora pelo estabelecimento denominado "Salve Jorge", assim como poluição sonora emitida por todos os empreendimentos localizados na Cidade de Breves. Além disso, pretende-se averiguar eventuais omissões do Poder Público Municipal em promover a regular fiscalização que lhe é de dever.

GABRIELA RIOS MACHADO

Promotora de Justiça - Coordenadora da RA 8 - Polo Marajó II,

outrora respondendo pelo 1º e 3º Cargos de Breves

Protocolo: 301822

EXTRATO DE PORTARIA Nº 010/2018/MP/4ªPJA

O 4º Promotor de Justiça de Abaetetuba torna pública a expedição da Portaria nº 010/2018/MP/4ªPJA, encaminhada aos seguintes órgãos: Procuradoria-Geral de Justiça, Corregedoria-Geral do MPPA e Centro de Apoio Operacional Constitucional que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Abaetetuba, situada na Avenida São Paulo, nº 2072, bairro Aviação, Cep 68.440-000 - Pará - Fone/Fax: (91) 3751-1177.

1.Portaria: Instaurar o presente Procedimento Administrativo Preparatório com o objetivo de apurar possíveis irregularidades na construção de uma fossa asséptica na calçada da Rua Manoel Costa, no município de Abaetetuba, pela pessoa jurídica de direito privado "Equatorial Park Clube".

Abaetetuba/PA, 12/04/2017

Bruno Saravalli Rodrigues - Promotor de Justiça

Protocolo: 301801

**EXTRATO DA PORTARIA Nº 001/2018/MP/2ª PJM DE
INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO
Nº 000128-104/2018**

O Ministério Público do Estado do Pará, por meio da 2ª Promotoria de Justiça Militar, torna pública a instauração do Procedimento Preparatório Nº 000128-104/2018

Objetivo: Apurar o recrudescimento da violência contra policiais militares no ano de 2018.

Belém - PA, 12 de abril de 2018.

ARMANDO BRASIL TEIXEIRA, 2º Promotor de Justiça Militar.

Protocolo: 301805

**EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL
PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PRELIMINAR
Nº 006206-131/2017****PRESTAÇÃO DE CONTAS ANO CALENDÁRIO 2011**

ENTIDADE: ASSOCIAÇÃO ASSISTÊNCIA E LAZER AOS IDOSOS DE ICOARACI

ARQUIVAMENTO: Aprovar as contas do ano calendário de 2011 da Associação Assistência e Lazer aos Idosos de Icoaraci, com RECOMENDAÇÕES. Em consequência ARQUIVAR o Presente Procedimento, nos moldes do art. 9º da Lei n. 7.347/1985,

em face de inexistir fundamento à propositura de Ação Civil.

DARLENE RODRIGUES MOREIRA, 1ª Promotora de Justiça Cível de Defesa Comunitária e Cidadania de Icoaraci.

Protocolo: 301743

PORTARIA N.º 2255/2018-MP/PGJ

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, em exercício, usando de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o Procedimento Investigatório Criminal, referente ao Processo n.º 0000662-70.2018.8.14.0000, que investiga suposto cometimento de crimes previstos no Decreto-Lei nº 201/67, Lei nº 9.613/98 e Lei nº 8.666/93 por parte de Deputado Estadual,

R E S O L V E:

DELEGAR poderes ao Promotor de Justiça ALEXANDRE BATISTA DOS SANTOS COUTO NETO, atual Coordenador do Núcleo de Combate à Improbidade e Corrupção do MP/PA, conforme PORTARIA Nº 5.361/2017-MP/PGJ, publicada no DOE de 21/08/2017, para, com fundamento no artigo 56, IX da Lei 057/2006 - Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará, officiar no presente feito e tomar as providências que entender cabíveis.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA,

Belém, 09 de abril de 2018.

DULCELINDA LOBATO PANTOJA

Procuradora-Geral de Justiça, em exercício